MARRAZZO, Amanda (2010). Chicago Tribune, sala de aula da natureza: schoolyards Eco-friendly um espaço para ensinar tudo, desde a poesia à nutrição. Texto traduzido e referências. Disponível em: http://articles.chicagotribune.com/2010-10-13/news/ct-x-n-green-playgrounds-20101013_1_butterfly-garden-schoolyards-classroom. Acesso em: 01/02/2019.

MCMANIS, Lilla Dale (2017). Educação inclusiva: o que significa, estratégias comprovadas e um estudo de caso. Phd. Texto traduzido e referências. Disponível em: https://education.cu-portland.edu/blog/classroom-resources/inclusive-education/. Acesso em: 05/02/2019.

SAPON-SHEVIN, M., Ayres, B., & Duncan, J. (1994). Cooperative learning and inclusion. In: J. S. Thousand, R.A. Villa, & A.I. Nevins, Creativity and Collaborative Learning: A Practical Guide to Empowering Students and Teachers. Texto traduzido e referências. (pp. 45-58). Baltimore, MD: Paul H. Brookes.

SCHEYER et al. (1996). The Inclusive Classroom Teacher Created Materials, Inc. The Inclusive Classroom. Texto traduzido e referências. Disponível em: http://lib.syndetics.com/hw7.pl?isb n=1557348804/LC.JPG. Acesso em: 04/02/2019.

UNESCO (2019). Inclusão na educação. Texto traduzido e referências. Disponível em: https://en.unesco.org/themes/inclusion-in-education. Acesso em: 06/02/2019.

WINSA, Patti (2012). "Academia de skate, cara? A coleta de escolas alternativas considera quatro novos conceitos". Texto traduzido e referências. Estrela de Toronto. Disponível em: https://www.thestar.com/yourtoronto/education/2012/1 1/16/skateboardacademydudealternativeschoolsgatheringconsidersfournewconcepts .html. Acesso em: 04/02/2019.

WILKINSON, Richard; Pickett, Kate (2010). The Spirit Level- Why Equity is Better for Everyone (2010 ed.). Texto traduzido e referências. England: Penguin Books. p. 113. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Special:BookSources/978-0-241-95429-4. Acesso em: 28/01/2019.

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO AFETIVA DA CRIANÇA

ALINE MARQUES DE MORAES

Resumo:

Não é de hoje que há interesse da inclusão de atividades lúdicas no meio educacional, tendo em vista a necessidade de haver atividades e recursos mais chamativos e profícuos, tornando as aulas mais prazerosas e contribuindo para que os resultados ligados a aprendizagem sejam mais profícuos. Assim, este trabalho apresenta a seguinte problemática: Como o lúdico pode ser empregado na edificação da aprendizagem, nas aulas das séries iniciais, contribuindo para uma formação mais afetiva das crianças? Para tanto, pretende-se ressaltar o caráter da ludicidade como ferramenta pedagógica na edificação de um aprendizado mais significativo e mostrar como ele deve e pode ser usado nas salas de aula das séries iniciais. Como meio de pesquisa, buscou-se por pensamentos e conjecturas de teóricos famosos no meio educacional para que, com eles, se pudesse chegar a um apreensão meLhor e mais aprofundada acerca da temática proposta a ser debatida neste artigo.

Palavras-chave: Ludicidade. Escola. Educação.

1. INTRODUÇÃO

A imagem e caracterização de infância que todos têm faz com que todos a vejam como sendo uma fase caracterizada por atividades prazerosas na escola, acreditando-se que nesta fase a criança apenas brinca.

Nessa fase, a criança vive em um mundo repleto de fantasia, de magia e de lindos e maravilhosos sonhos, porém, todas as suas emoções, as suas interações com os demais indivíduos, as suas representações de mundo e as suas assimilações de certo ou errado se tornarão decisivas em sua formação como indivíduo. Desta forma, a ludicidade se configura como sendo uma ferramenta decisiva para sua formação integral.

Pensando nisso, a pesquisa feita para a edificação deste artigo teve um papel fundamental, o de contribuir para que haja uma reflexão crítica acerca da temática aqui proposta para debate, como também, o de constatar a maneira como o lúdico é empregado na ediicação do ensino e da aprendizagem infantil e ainda para que se possa compreender qual a verdadeira importância do papel do lúdico no método de endino e de aprendizagem.

Por meio da pesquisa feita para a edificação deste artigo buscou-se mostrar e ponderar acerca das indigências que existem no ambiente escolar para que se possa implantar a cultura do emprego do lúdico, como ferramenta educacional profícua e desafiadora para a criança.

Para tanto, busca-se mostrar inicialmente as formas como o educador poderá inserir o lúdico em suas aulas, como ainda a real importância deste processo para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem infantil.

2. O LÚDICO E SEU CONCEITO

Por meio da Educação Infantil espelha-se perfeitamente todo o benefício que a ludicidade acarreta para a edificação da aprendizagem infantil, mostrando claramente como toda criança consegue aprender brincando.

Isso ocorre extamente, pois, com o lúdico, o indivíduo consegue se envolver de modo prazeroso, com mais dedicação e ainda conseguindo que haja mais significado.

Imagem 1 – A Ludicidade



Fonte: https://somaticaeducar.com/produtos/ludico-no-processo-de-ensino-e-aprendizagem/

Segundo Luckesi (1998):

A atividade lúdica é aquela que dá plenitude e, por isso, prazer ao ser

humano, seja como exercício, seja como jogo simbólico, seja como jogo de regras. Os jogos apresentam múltiplas possibilidades de interação consigo mesmo e com os outros (LUCKESI, 1998, p. 29).

Desta forma, acredita-se que um dos procedimentos a serem empregados em sala de aula é o de desenvolver atividades lúdicas, visto elas proporcionarem inúmeros benefícios à Educação, contribuindo para que haja o desenvolvimento afetivo e o cognitivo infantil, por meio das brincadeiras, que contribuem para que as crianças possam desenvolver as suas habilidades, auxiliando na competitividade e em uma agradável estimulação corporal.

O brincar, desta forma, além de contribuir para que haja a aprendizagem, ainda integra as crianças em sua sociedade, contribuindo ainda para que o educador consiga fazer de suas aulas, aulas cada vez mais recompensadoras e estimuladoras.

Imagem 2 – O Ludico na Infância



Fonte: https://sites.google.com/site/oludiconainfancia/

De acordo com Pires (2008):

Através de atividades lúdicas, como as brincadeiras, os jogos, as cantigas etc..., as crianças aprendem a refletir suas ações e a dos adultos, experimentam situações novas e criam soluções para os desafios do seu cotidiano. Lima (1992) nos diz que o brincar é a forma de atividade humana que tem grande predomínio na infância e sua utilização promove o desenvolvimento dos processos psíquicos, dos movimentos físicos, acarretando o conhecimento do próprio corpo, da linguagem, da socialização e a aprendizagem de conteúdos de áreas especificas. (PIRES, 2008, p. 03).

As crianças se apaixonam por tudo o que for lúdico e divertido, desta forma, as atividades lúdicas ajudam no desenvolvimento cognitivo infantil e na obtenção dos conhecimentos.

Assim, com o lúdico no contexto escolar, o aluno, especialmente o da Educação Infantil, necessita ter o lúdico inserido em suas atividades, para que, desta forma, haja a construção de sua aprendizagem de um jeito bem mais significativo e mais prazeroso.

Por meio de todas as atividades lúdicas, a criança passa a desenvolver todo o seu verdadeiro potencial, adquirindo, com isso, a sua autonomia e passando a ter mais confiança em si mesma.

Já, pelo ato de brincar, essa criança mostra claramente a sua capacidade, expressando o lazer por meio da interação com as demais crianças, usando a sua imaginação, desenvolvendo a fantasia, criando, brincando...

De acordo com Aragão (2007):

O lúdico exerce um fascínio muito grande, uma vez que é inerente ao ser humano. E o que é melhor, sua parte alegre reporta-se aos momentos em que ele está feliz. O lúdico pode se manifestar através de jogos que podem ser de estratégia, quando falamos de jogos; de imaginação, quando falamos em histórias; e dramatização ou construção, quando falamos em artesanato (2007, p. 62).

Com isso, apreende-se que o lúdico é parte importante na vida de todas as crianças, independentemente da idade, da cultura ou mesmo da classe social dessas crianças, pois o lúdico as leva para o verdadeiro mundo do faz-de-conta, com muito encanto, muita felicidade e importantes sonhos, por meio dos quais a realidade e a fantasia são difundidas e confundidas.

O lúdico, assim, passa a ter um papel importante, visto a sua grande contribuição para o método de ensino e de aprendizagem, contribuindo ainda para o exercício da criatividade, para a edificação do sujeito, para o respeito, para uma interação da criança com o seu tão importante meio social.

Vigotsky (1988) explica que:

É como se ela fosse maior do que na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento. Apesar da relação brinquedo – desenvolvimento o brinquedo fornece ampla estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência (VIGOTSKY,1988, p. 134).

A partir do instante em que a criança passa a vivenciar o lúdico nas suas atividades da educação infantil e a ter esse método melhor estruturado em suas atividades e ainda mais presente em seu cotidiano escolar, compreende-se que por meio desse trabalho, serão edificados procedimentos mais construtivos e ainda mais expressivos para que haja o seu desenvolvimento cognitivo.

Assim, a principal atribuição do uso de atividades lúdicas no campo educacional da educação infantil é a verdadeira valorização dessas atividades lúdicas, para que se consiga contribuir para o aprendizado das crianças e também ainda para que seja resgatado o seu direito à infância.

2.1 O Lúdico para Piaget

Quando disserta acerca do jogo, Piaget (1998) afiança que ele é uma ferramenta essencial na vida de toda criança. Para o autor, em seu início o jogo de exercício compreende uma série de repetições de gestos e ainda de movimentos simples como um mero agitar os braços, um sacudir de objetos, o emitir determinados sons, o caminhar, o pular, o correr e muitos outros.

Mesmo que os jogos iniciem na fase maternal e perdurem especialmente até os 2 anos de idade da criança, eles se manterão por toda a infância dela indo até a sua fase adulta.

Imagem 3 – Piaget e o Lúdico



Fonte: https://pontodidatica.com.br/principais-ideias-piaget/

Perto dos dois de idade, até aproximadamente os seis anos, percebe-se a existência de jogos simbólicos, por meio dos quais as crianças recebem a noção e a percepção da existência das regras, começando a jogar agora com as outras crianças os jogos chamados de “jogos de faz-de-conta”.

Posteriormente, aparecem os jogos com as regras, que são expandidos socialmente, indo de criança para criança e, desta forma, fazendo com que aumentasse a sua importância tendo em vista o progresso gerado pelo seu desenvolvimento perante a sociedade.

Piaget (1978) assegura que “as manifestações lúdicas estão relacionadas ao desenvolvimento da inteligência, ou seja, estão relacionados aos estágios do desenvolvimento cognitivo.

Cada fase do desenvolvimento infantil relaciona-se a um padrão de atividades lúdicas que vão se sucedendo do mesmo modo para todas as crianças. Com isso, o autor conseguiu verificar a existência de três grandes modelos de estruturas que identificam o padrão do jogo infantil:

- O exercício;
- O símbolo; • A regra.

O jogo de exercício, por sua vez, é apropriado para as crianças da faixa etária de zero até os dois anos e acompanham o indivíduo durante toda a sua vida, do período de sua infância até a sua idade adulta.

O jogo de exercício tem como característica principal a repetição dos movimentos e das ações que contribui para que a criança possa exercitar funções tais como o andar, o correr, o saltar e outras.

Segundo Piaget (1969), o jogo simbó-

lico representa uma maneira da criança fazer uma pré-exercitação de sua imaginação, compreendida como sendo uma faculdade a ser desenvolvida por meio da inteligência.

O autor ainda afiança acerca da função dos jogos simbólicos, os mesmos implicam em:

(...) satisfazer o eu por meio de uma transformação do real em função dos desejos: a criança que brinca de boneca refaz sua própria vida, corrigindoa à sua maneira, e revive todos os prazeres ou conflitos, resolvendo-os, compensando-os, ou seja, completando a realidade através da ficção. Em suma: o jogo simbólico não é um esforço de submissão do sujeito ao real, mas, ao contrário, uma assimilação deformada da realidade ao eu (PIAGET, 1969, p.29).

Sabe-se que os denominados jogos de regras acontecem exatamente entre

os sete e os quatorze anos quando, aproximadamente, a criança deverá passar a apresentar um pensamento mais socializado, ou seja, não brincará mais "ao lado" do outro, mas sim brincará "com" o outro.

Essa fase é conhecida como sendo a fase das operações concretas, na qual o pensamento infantil passa a evoluir para as situações que se mostram cada vez mais ligadas ao concreto.

Com isso, a criança passa a utilizar determinadas operações lógicas, como exemplo podemos citar a reversibilidade, a identificação de objetos por meio de suas diferenças ou mesmo semelhanças, e ainda a abranger os conceitos referentes aos números e aos tamanhos. Desta forma, é introduzida a lógica no método de pensamento infantil.

2.2 A Educação Infantil como um direito de toda criança

Quando se fala acerca da Educação Infantil como sendo um direito da criança, gera-se inúmeros debates, pois há pouco tempo a matrícula da criança nas escolas de Educação Infantil era tido como um direito dos responsáveis por esta criança, queos quais, por trabalharem, precisavam de um lugar para que os seus filhos ficassem, contudo, hoje, esse direito agora é da criança.

Hoje em dia, toda criança tem o direito de ser matriculada, estando o seu responsável trabalhando ou não, visto a sua matricula fazer parte do seu direito enquanto criança.

Esse grande direito infantil gera ainda muitas discussões acerca do que seria correto ou não, surgindo questionamentos como: seria justo um responsável que trabalha perder a vaga de matrícula de seu filho para o outro que passa o dia em casa?

Assim, tal contenda gira em torno do indivíduo errado, visto a Educação Infantil não ser para a família ou mesmo para um de seus responsáveis, mas sim para todas as crianças, pois elas têm direito a frequentarem um ambiente que ajude no desenvolvimento de sua autonomia, de sua criatividade, de sua confiança em si mesmas, de sua autoestima, aumentando as suas imporrtantes relações com todos da sociedade e de seu meio.

A Educação Infantil, tendo em vista a Constituição Federal de 1988, encontra-se sob a importante responsabilidade dos governos municípais, isso vemos em: "§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil" (Art 211 da Constituição Federal de 1998).

Desta forma, a Educação Infantil é dividida da seguinte forma:

- Creche (0 a 3 anos de idade);
- Pré-Escola (4 a 5 anos de idade), a única obrigatória nessa fase.

Quando tratamos da garantia de direitos, faz-se necessário conceituar o que é cidadania, sendo ela "garantia de que todos os seres humanos têm direitos às produções materiais e sociais que, através do trabalho, ajudam a construir (PEREIRA; CINTRA, 2008, p. 16).

Imagem 5 – A ludicidade como direito infantil



Fonte: https://br.pinterest.com/pin/642537071810726552/

Todos os direitos assegurados ao cidadão vale, inclusivamente, para todas as crianças, sendo necessário que haja uma melhor apreensão acerca deles como indivíduos que precisam ser realmente respeitadas e jamais maltratadas, sendo dever da família, do Estado e de toda a sociedade assegurar que a criança tenha, antes de tudo o acesso a:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Art. 227 da Constituição Federal de 1988).

Pereira e Cintra (2008), ao valar acerca dos direitos das crianças afiança claramente que toda criança deve ser vista como:

[...] não como filhotes do homem, ser em maturação biológica, que um dia se tornará adulto, pelo contrário, a criança tem suas particularidades que são próprias da infância. Logo é preciso ver [...] as crianças como cidadãs, pessoas que produzem cultura e são nelas produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem (PEREIRA;CINTRA, 2008, p. 17).

Desta forma, toda criança por si só já se mostra como detentora de todos os seus direitos e a sua família, passa a ser a responsável por ela, até essa criança chegar a maior idade, devendo afiançar a sua segurança, seu direito à saúde e a sua Educação, não sendo possível, o Estado será o responsável, assumindo tal papel.

O fato de não haver visibilidade de todas as crianças como sendo uma cidadã e não uma mera propriedade da família mostra-se histórico, visto ter sido tão somente por meio da publicação da Lei de número 8.069, promulgada em 13 de Junho de 1990, e denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, que toda criança passou de ser encarada como sendo uma propriedade de seu responsável para ter todos os seus tão importantes e necessários direitos garantidos.

Essa lei contribuiu para que houvesse o combate a todos os abusos e os maus-tratos que algumas crianças encaravam vivendo com os seus familiares.

O UNICEF reconhece que o ECA é um dos instrumentos legislativos mais avançados sobre o tema no mundo, pois recepcionou os princípios da Convenção Internacional sobre a Criança, bem como previu o entrelaçamento de parcerias entre governo e sociedade civil, ou seja, delineou linhas de ações e diretrizes políticosadministrativas para o atendimento à criança e ao adolescente (PEREIRA; CINTRA, 2008, p. 21).

Desta forma, toda criança tem direito à proteção, sendo esta de sua família ou mesmo por parte do Estado, permanecendo todos os cuidados com a criança como prioridade.

Assegurar que elas sempre tenham moradia, alimentação, saúde, segurança e carinho, são meiosq obrigatórios para ue haja uma verdadeira Educação com excelência e ainda uma contribuição para a sua formação, para a sua aprendizagem e para o seu desenvolvimento, dando ênfase à pluralidade cultural e a de pensamentos e conjecturas que permeiam o país e o mundo, mirando o respeito às dessemelhanças e ainda buscando a igualdade.

3. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa feita para a edificação deste artigo tornou-se possível compreender, por meio de uma visão mais aprofundada, a verdadeira importância do emprego do lúdico para que haja um melhor desenvolvimento e infantil.

Imaginar o brincar como sendo uma configuração e um meio de aquisição e edificação de conhecimentos, desenvolturas e competências, torna-se capital para que esta ferramenta seja integrada integralmente no exercício educativo.

Desta forma, pode-se compreender que a maioria dos educadores que possam vir a ler este artigo terão uma melhor apreensão acerca do tema aqui debatido, contudo observa-se ainda que é imprescindível que nas escolas, sejam elas da rede municipal, estadual ou mesmo particulares, haja uma forma mais ampla de conscientização, tendo como meta desmistificar a visão do "brincar", que muitos veem como sendo um mero passatempo, fazendo com que essa ferramenta passe a ser então encarada como sendo um verdadeiro objeto formador de aprendizagem e importante para o desenvolvimento infantil.

Desta forma, a escola necessita ter o uso do lúdico em suas atividades como um grande parceiro e usá-lo com o intúito de contribuir para um maior desenvolvimento da aprendizagem infantil.

Assim, o lúdico estará presente nas salas de aula, tornando-se o fio condutor para o método de ensino e de aprendizagem, ajudando aos professores a lidarem com as dificuldades com as quais se deparam constantemente nesse segmento.

Em suma, após a leitura deste artigo, pode-se acreditar que a verdadeira educação preocupada com a aprendizagem é aquela que contribui para que o indivíduo deixe de ser apenas um mero "objeto", tornando-se um verdadeiro "sujeito" de sua história e de toda a história de sua sociedade.